

Econ-Brasil Neoliberalismo (o extremismo) — I

5 OUT 1989

JORNAL DO BRASIL

João Paulo de Almeida Magalhães *

As dificuldades do bloco socialista tiveram a importante vantagem de permitir uma discussão isenta sobre a maneira mais eficiente de conduzir a economia nacional. Surpreendentemente, contudo, para um país em desenvolvimento como o Brasil, a vantagem do esvaziamento da ideologia socialista vem sendo comprometida pelo exagero, em sentido oposto, de certo tipo de neoliberalismo.

Para explicar minha preocupação devo distinguir inicialmente entre dois tipos de ação do Estado sobre a economia, a saber, a intervenção por iniciativa e a intervenção por direção. No primeiro caso, o governo cria empresas públicas em setores que deveriam estar a cargo da iniciativa privada. No segundo, ele se sobrepõe ao mercado, procurando orientar a economia nos rumos que considera mais convenientes. Não faço objeção aos ataques neoliberais contra o primeiro tipo de intervenção. Isso porque a privatização das empresas governamentais dificilmente deixará de ter efeitos positivos. Minha preocupação é com o endeusamento do mercado no quadro de uma economia em vias de desenvolvimento, com a consequente proposta de uma quase total abstenção do Estado. Recapitulemos as raízes dessa posição.

A Economia como ciência nasceu liberal. Adam Smith acreditava na "mão invisível" que garantiria o bom funcionamento das atividades econômicas independentemente de qualquer ação pública. Ricardo inventou a teoria dos custos comparativos cujo corolário principal era excelência de um comércio internacional inteiramente livre.

Say sustentou que jamais existiria problema de mercado porque a oferta criava a própria demanda.

Essa irrestrita confiança no mercado se prolongou até nossos dias. O grande desafio foi de Keynes e seus seguidores, que descobriram um equilíbrio de desemprego, cuja correção exigia ação do governo. O importante, porém, é que um economista de linha neoliberal pode hoje afirmar que suas convicções se estribam numa corrente teórica apoiada por eminentes especialistas de toda parte do mundo.

Minha tese é de que o otimismo generalizado com relação ao mercado, típico do pensamento neoliberal, se refere apenas aos países plenamente desenvolvidos. Mais especificamente, sustento (a) que o pensamento econômico atual, de todos os matizes, aceita a existência do que chamaria, por analogia com Keynes, de um equilíbrio de subdesenvolvimento, entendido como uma situação de atraso econômico que, deixada a si mesma, se prolongará indefinidamente. Sustento, além disso (b) que toda a comunidade acadêmica aceita pacificamente a inexistência de forças de mercado tendentes a corrigir esse estado de

coisas, o qual, portanto, (c) deve ser eliminado através de ação extramercado (no sentido de não resultante do funcionamento automático deste) levada adiante pelos governos dos países interessados.

Até aqui me referi ao desenvolvimento a nível internacional. No caso do subdesenvolvimento regional de tipo intranacional foram, sem dúvida, identificados mecanismos corretores espontâneos. Acham-se, nesse caso, os efeitos de *spread* e *trickling down* de Myrdal e Hirschman. Ainda aqui, contudo, ninguém acreditou na sua eficácia. Governos de países considerados paradigmas do liberalismo lançaram-se em extensos programas de recuperação de suas áreas atrasadas. Os Estados Unidos foram pioneiros com a Tennessee Valley Authority, a França fechou Paris e a região vizinha a atividades industriais e criou as "metrópoles de equilíbrio", a Inglaterra desencorajou localizações em Londres e patrocinou as "cidades novas" e a Itália, finalmente, lançou um amplíssimo programa destinado a recuperar sua região Sul.

Em suma, diante do equilíbrio do subdesenvolvimento, mesmo a nível regional, os mecanismos de mercado são inoperantes e a ação cabe ao governo. No caso do equilíbrio de desemprego nos países desenvolvidos, pode-se discutir se ele realmente existe e/ou pôr em dúvida a necessidade de uma ação do Estado. No caso do que chamamos de equilíbrio do subdesenvolvimento a opinião é unânime quanto a sua existência e à necessidade da ação corretora do Estado.

Nesse contexto, e diante da sua virtual desintegração, o necessário não é o esvaziamento da máquina estatal no Brasil, como sustenta certo extremismo liberal, mas, pelo contrário, sua ampla e total recuperação. Isso é urgente e indispensável para que o governo possa voltar a assumir a orientação de um processo de desenvolvimento que, no referente às atividades produtivas concretas, será obviamente levado adiante pela iniciativa privada.

Gostaria, para concluir, de afirmar que será mesmo, muitas vezes, necessária uma "desprivatização". Poderia citar César Maia mas prefiro referir-me a George Stigler (prêmio Nobel de Economia, com importantes contribuições para entendimento dos mecanismos de mercado), que, na sua "teoria de captura" mostra como certos órgãos oficiais criados para coordenar setores privados, acabam sendo controlados por eles, com distorção completa dos seus objetivos. No Brasil, o exemplo mais notório é o do Banco Central, mas os casos concretos são numerosos. Tais organismos devem ser "estatizados" no sentido de se recuperar seu controle para a comunidade nacional.

Em suma, em Economia os extremismos ideológicos sempre tiveram corolários negativos. E isso vale tanto hoje, para o Neoliberalismo quanto ontem para o Socialismo.